

Rádio comunitária e inclusão social em contexto de conflito: o caso das rádios de Ancuabe e Chiúre em Cabo Delgado (2022-2024)

Community radio and social inclusion in a conflict context: the case of the Ancuabe and Chiúre radio stations in Cabo Delgado (2022–2024)

Radio comunitaria e inclusión social en contextos de conflicto: el caso de las radios de Ancuabe y Chiúre en Cabo Delgado (2022–2024)

Patrício Alfredo Agostinho Manhique¹
Miguel Abudo Momade Ali²

RESUMO

O presente artigo analisa o contributo das rádios comunitárias de Ancuabe e Chiúre para a inclusão social das populações deslocadas pelo conflito armado em Cabo Delgado, no período de 2022 a 2024. A investigação, de abordagem mista com predominância qualitativa, recorreu a entrevistas semiestruturadas, questionários e observação directa, envolvendo gestores e comunicadores das rádios, membros das comunidades deslocadas, líderes comunitários e representantes de organizações parceiras. Os resultados revelam que as rádios comunitárias promovem a inclusão social através de três dimensões fundamentais: informação e acesso a serviços, onde se destacam a divulgação de informações sobre assistência humanitária, saúde, educação e direitos; expressão e representação social, materializada na criação de espaços para testemunhos e programas produzidos por deslocados; e sensibilização e mobilização comunitária, que contribui para a desconstrução de estereótipos e para a promoção do diálogo entre deslocados e comunidades de acolhimento. A investigação identifica, contudo, diferenças significativas entre os dois distritos, com Chiúre a apresentar formas mais directas e avançadas de participação e Ancuabe a registar uma participação mais mediada e cautelosa, reflectindo desafios relacionados com a confiança, o receio de exposição e as barreiras linguísticas. Conclui-se que as rádios comunitárias desempenham um papel estruturante na inclusão social, mas que este papel é atravessado por tensões e contradições que exigem estratégias deliberadas de aprofundamento e alargamento das práticas inclusivas.

Palavras-chave: Rádio comunitária; Inclusão social; Populações deslocadas; Conflito armado; Cabo Delgado.

¹ Mestrado em Comunicação para o Desenvolvimento

² Co-Autor: PhD: Miguel Abudo Momade Ali

ABSTRACT

This article analyzes the contribution of community radios in Ancuabe and Chiúre to the social inclusion of populations displaced by the armed conflict in Cabo Delgado, from 2022 to 2024. The research, with a mixed approach predominantly qualitative, used semi-structured interviews, questionnaires and direct observation, involving radio managers and communicators, members of displaced communities, community leaders and representatives of partner organizations. The results reveal that community radios promote social inclusion through three fundamental dimensions: information and access to services, highlighting the dissemination of information on humanitarian assistance, health, education and rights; expression and social representation, materialized in the creation of spaces for testimonies and programs produced by displaced people; and community awareness and mobilization, which contributes to the deconstruction of stereotypes and the promotion of dialogue between displaced people and host communities. The research identifies, however, significant differences between the two districts, with Chiúre presenting more direct and advanced forms of participation and Ancuabe registering a more mediated and cautious participation, reflecting challenges related to trust, fear of exposure and language barriers. It is concluded that community radios play a structuring role in social inclusion, but this role is crossed by tensions and contradictions that require deliberate strategies to deepen and broaden inclusive practices.

Keywords: Community radio; Social inclusion; Displaced populations; Armed conflict; Cabo Delgado.

RESUMEN

El presente artículo analiza la contribución de las radios comunitarias de Ancuabe y Chiúre a la inclusión social de las poblaciones desplazadas por el conflicto armado en Cabo Delgado, en el período de 2022 a 2024. La investigación, de enfoque mixto con predominio cualitativo, recurrió a entrevistas semiestructuradas, cuestionarios y observación directa, involucrando a gestores y comunicadores de las radios, miembros de las comunidades desplazadas, líderes comunitarios y representantes de organizaciones asociadas.

Los resultados revelan que las radios comunitarias promueven la inclusión social a través de tres dimensiones fundamentales: información y acceso a servicios, donde se destacan la difusión de información sobre asistencia humanitaria, salud, educación y derechos; expresión y representación social, materializada en la creación de espacios para testimonios y programas producidos por personas desplazadas; y sensibilización y movilización comunitaria, que contribuye a la deconstrucción de estereotipos y a la promoción del diálogo entre las personas desplazadas y las comunidades de acogida.

Sin embargo, la investigación identifica diferencias significativas entre los dos distritos, con Chiúre presentando formas más directas y avanzadas de participación y Ancuabe registrando una participación más mediada y cautelosa, reflejando desafíos relacionados con la confianza, el temor a la exposición y las barreras lingüísticas.

Se concluye que las radios comunitarias desempeñan un papel estructurante en la inclusión social, pero que este papel está atravesado por tensiones y contradicciones que exigen estrategias deliberadas de profundización y ampliación de las prácticas inclusivas.

Palabras clave: Radio comunitaria; Inclusión social; Poblaciones desplazadas; Conflicto armado; Cabo Delgado.

1. INTRODUÇÃO

Desde 2017, a província de Cabo Delgado, no extremo norte de Moçambique, enfrenta uma crise humanitária de grandes proporções desencadeada por ataques armados que resultaram em perda de vidas, destruição de infraestruturas e deslocamento forçado de milhares de pessoas. Em localidades como Palma e Mocímboa da Praia, particularmente atingidas pela violência, as rádios comunitárias foram obrigadas a encerrar as suas actividades, silenciando fontes importantes de informação e diálogo social. Em contrapartida, distritos tidos como relativamente estáveis, como Ancuabe e Chiúre, emergiram como centros de acolhimento de deslocados e também como referências na promoção da inclusão através da comunicação social.

As rádios comunitárias, pela sua capilaridade, baixo custo de operação e acessibilidade em áreas rurais e periféricas, têm-se destacado como instrumentos estratégicos de informação, mobilização e coesão social em contextos de crise (UNESCO, 2020). Em virtude da sua proximidade com as comunidades, estas emissoras não apenas transmitem notícias, mas funcionam como espaços de diálogo comunitário, educação cidadã e inclusão social, assumindo particular relevância em sociedades onde a infraestrutura tecnológica limitada e a desigualdade no acesso à informação tornam a rádio um elo vital entre os cidadãos e as instituições.

O problema que orienta este estudo é o impacto das rádios comunitárias de Ancuabe e Chiúre na promoção da inclusão social das populações deslocadas, considerando os desafios do contexto de conflito armado e de deslocamento forçado. A pergunta central que orienta a pesquisa é: De que forma as rádios comunitárias de Ancuabe e Chiúre têm promovido a inclusão social das populações deslocadas no contexto do conflito armado em Cabo Delgado?

O artigo está estruturado em cinco secções. Após esta introdução, apresenta-se o enquadramento teórico que fundamenta a análise, seguido da metodologia adoptada. Na quarta secção, expõem-se e discutem-se os principais resultados da investigação, organizados em torno das três dimensões de inclusão social identificadas. Por fim, apresentam-se as conclusões e recomendações do estudo.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Rádio Comunitária e Comunicação Participativa

A comunicação comunitária emerge como uma forma particular de comunicação que vai além da simples transmissão de informações, configurando-se como um processo colectivo de construção e fortalecimento social. Diferente dos meios tradicionais de massa, a comunicação comunitária prioriza a participação activa dos membros de uma comunidade, valorizando suas vozes, identidades e necessidades específicas. Segundo Gumucio-Dagron (2001, p. 45), "a comunicação comunitária é uma ferramenta poderosa para o empoderamento popular, porque cria espaços onde as vozes das pessoas marginalizadas podem emergir e ser respeitadas, estabelecendo um verdadeiro diálogo que valoriza a diversidade cultural e social".

A rádio comunitária, em particular, tem sido reconhecida mundialmente como uma poderosa ferramenta para o empoderamento social, especialmente em contextos de vulnerabilidade, exclusão e conflito. Conforme Freire (2020), o acto de comunicar não deve ser um simples fluxo unilateral, mas um diálogo que promove a conscientização crítica e a transformação social. Nesse sentido, a rádio comunitária funciona como um canal onde as pessoas não apenas recebem informações, mas também reflectem sobre sua realidade e se organizam para mudar suas condições de vida.

Servaes (2008) amplia esta reflexão ao apontar que as mídias comunitárias representam espaços de resistência frente às narrativas dominantes impostas pelos grandes meios de comunicação. Elas possibilitam a construção colectiva do conhecimento, valorizando saberes locais e tradições culturais que muitas vezes são invisibilizados. Esta dimensão participativa fortalece o empoderamento social, pois promove a autonomia das comunidades na gestão de suas próprias narrativas e projectos de desenvolvimento.

2.2. Inclusão Social e Deslocamento Forçado

A inclusão social é um conceito que vai muito além da simples integração de indivíduos em espaços comuns; trata-se de garantir a plena participação de todas as pessoas na vida económica, social, política e cultural da sociedade, com igualdade de oportunidades e respeito à diversidade. De acordo com Silva (2012), a inclusão social refere-se à criação de condições equitativas para que grupos marginalizados possam ter acesso aos mesmos direitos e oportunidades que os demais cidadãos.

Segundo Sawaia (1999), a exclusão social não se resume à ausência de bens materiais ou serviços essenciais, mas inclui também a negação simbólica da identidade e da voz dos sujeitos excluídos. A autora enfatiza que a verdadeira inclusão só ocorre quando os indivíduos passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, capazes de participar activamente da construção de suas próprias trajetórias e das decisões que afectam suas vidas.

Em contextos de deslocamento forçado, a inclusão social assume contornos específicos. Cunha (2019) destaca que, em cenários marcados por crises humanitárias, a comunicação local deve assumir uma postura pedagógica e integradora, promovendo valores de solidariedade, respeito mútuo e convivência pacífica entre diferentes grupos sociais. As rádios comunitárias, pela sua proximidade e credibilidade, assumem uma função essencial na disseminação de alertas precoces e na redução da incerteza, contribuindo para a protecção das populações e para o fortalecimento da resiliência comunitária.

3. METODOLOGIA

A presente investigação adoptou uma abordagem mista com predominância qualitativa, combinando métodos qualitativos e quantitativos para captar a complexidade do fenómeno estudado. Esta opção metodológica justifica-se pela necessidade de compreender, simultaneamente, as experiências subjectivas dos participantes e os padrões mensuráveis de participação comunitária.

A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. Exploratória por investigar um contexto pouco estudado, e descritiva por detalhar características, comportamentos e percepções dos participantes, oferecendo uma representação sistemática da realidade social estudada.

A população do estudo integrou gestores, comunicadores e membros das equipas técnicas das rádios comunitárias, bem como membros das comunidades deslocadas, seleccionados de forma intencional por meio de amostragem por conveniência e critérios de relevância. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 12 participantes, incluindo directores das rádios, produtores, jornalistas, líderes comunitários, representantes de organizações parceiras e membros das comunidades deslocadas. Adicionalmente, foram aplicados questionários estruturados a 20 membros das comunidades deslocadas nos distritos de Ancuabe e Chiúre.

A análise dos dados seguiu um processo de triangulação metodológica, integrando a análise temática dos dados qualitativos com a análise descritiva dos dados quantitativos. Os dados qualitativos foram submetidos a codificação inicial, agrupamento de categorias e interpretação à luz da revisão de literatura. Os dados quantitativos foram analisados através de estatística descritiva, com cálculo de frequências, percentagens e médias.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Estratégias de Adaptação das Rádios Comunitárias

Os dados revelam que as rádios comunitárias de Ancuabe e Chiúre desenvolveram um conjunto diversificado de estratégias para se adaptarem ao contexto de deslocamento forçado. A primeira e mais fundamental adaptação foi a expansão linguística, com a introdução de conteúdos em Emakhuwa e Maconde para além do português. Como afirmou o Director da rádio de Ancuabe: "A primeira coisa que fizemos foi parar de assumir que todos nos entendiam. Começámos a repetir os anúncios importantes em Português e em Emakhuwa".

A criação de programas específicos para e sobre as populações deslocadas constituiu um segundo nível de adaptação. O programa "Voz do Acolhimento" em Ancuabe e o "A Nossa Voz" em Chiúre foram criados como espaços permanentes de expressão e diálogo. O produtor da rádio de Chiúre explicou: "Percebemos que não bastava traduzir, era preciso dar espaço para que as pessoas falassem na sua própria língua sobre os seus próprios problemas".

A transferência de controlo editorial para as próprias comunidades deslocadas representou a estratégia mais avançada de adaptação. Em Chiúre, mulheres deslocadas passaram a produzir e apresentar programas, assumindo o protagonismo na definição dos temas e na condução das entrevistas. Esta prática está em plena consonância com os princípios da comunicação participativa defendidos por Freire (1987) e Gumucio-Dagron (2006), para quem a verdadeira comunicação comunitária é aquela em que as comunidades são sujeitos, e não objectos, do processo comunicativo.

4.2. Informação e Acesso a Serviços

A investigação revelou que as rádios comunitárias desempenham uma função essencial na divulgação de informações sobre assistência humanitária, saúde, educação e direitos das populações deslocadas. Um líder deslocado em Chiúre afirmou: "A rádio tem ajudado muito porque dá informações sobre onde ir buscar ajuda, sobre os centros de saúde, sobre as escolas onde podemos matricular as crianças. Muita gente aqui não sabia dessas coisas, andava perdida".

A credibilidade da informação veiculada pela rádio constituiu um dos ganhos mais valorizados pelos entrevistados. Uma mulher deslocada em Ancuabe destacou: "Quando a rádio fala, a gente acredita. Já ouvi tanta coisa por aí, boatos, mentiras, pessoas que dizem uma coisa para nos enganar. Mas a rádio não. A rádio diz a verdade".

No domínio da segurança, os mecanismos de verificação e cruzamento de fontes antes da veiculação de informações sobre ataques ou boatos revelaram um cuidado ético e uma responsabilidade social que vão além da mera transmissão de factos. O jornalista de uma das rádios explicou: "Para um boato sobre um ataque, por exemplo, nós ligamos para o chefe do posto, para o líder comunitário da zona e, se possível, para uma fonte segura nas forças de segurança. Só depois de cruzar essas informações é que produzimos uma peça".

4.3. Expressão e Representação Social

Os dados indicam que, através de programas participativos, testemunhos directos e debates, a rádio dá voz às experiências das populações deslocadas, valorizando as suas histórias e promovendo o reconhecimento social. Um jovem deslocado em Chiúre descreveu o significado de ouvir na rádio histórias de pessoas que passaram pelas mesmas dificuldades: "A rádio mostra que a nossa situação é conhecida. Mesmo que não possamos falar sempre, ouvir debates e testemunhos de outros deslocados ajuda-nos a sentir que não estamos sozinhos".

A produtora do programa "A Nossa Voz", ela própria uma mulher deslocada, descreveu com emoção o impacto da participação na rádio: "Quando cheguei aqui, depois de fugir da guerra, pensei que a minha vida tinha acabado. Nunca imaginei que um dia estaria aqui, numa rádio, a fazer um programa. Hoje, sou produtora. Sinto que sou alguém, que a minha vida tem sentido".

Contudo, identificaram-se diferenças significativas entre os dois distritos. Em Chiúre, observa-se uma participação mais activa e directa, com as pessoas deslocadas a envolverem-se regularmente em programas e a darem testemunhos presenciais. Em Ancuabe, a rádio actua sobretudo de forma mediada, com a participação a processar-se maioritariamente através de chamadas telefónicas, mensagens ou representação por líderes. Esta diferença reflecte desafios relacionados com a confiança, o receio de exposição e as barreiras linguísticas que condicionam a relação entre as comunidades e as emissoras.

4.4. Sensibilização e Mobilização Comunitária

A programação radiofónica revelou um papel crucial na transformação de atitudes da comunidade de acolhimento e na promoção de relações mais harmoniosas entre grupos. Um líder comunitário em Ancuabe afirmou: "No início, havia muita desconfiança. As pessoas daqui diziam: 'eles vêm para nos tirar o que é nosso'. Mas depois a rádio começou a explicar porque é que eles saíram da terra deles, o que sofreram, o que perderam. As pessoas foram ouvindo, foram percebendo. Agora já há mais solidariedade".

Um líder da comunidade de acolhimento em Chiúre descreveu como a sua própria percepção foi transformada: "No início, eu era contra a vinda deles. Achava que iam trazer problemas. Mas depois comecei a ouvir a rádio, os testemunhos, percebi que eles não vieram porque quiseram. A rádio mudou a minha forma de ver as coisas".

O representante de uma organização parceira corroborou esta percepção, destacando o papel da rádio na prevenção de conflitos: "Nós temos dados que mostram que nos distritos onde a rádio tem programas regulares sobre convivência, os incidentes de conflito entre deslocados e comunidades de acolhimento são significativamente menores. A rádio funciona como uma válvula de escape, um espaço onde as queixas podem ser expressas, discutidas, encaminhadas".

4.5. Desafios e Limitações

Apesar dos avanços documentados, a investigação revelou também desafios significativos. A diferença entre as taxas de confiança registadas nos dois distritos é particularmente elucidativa: enquanto em Chiúre 84,5% dos participantes se sentem à vontade para contactar a rádio em caso de necessidade, em Ancuabe esta percentagem é de apenas 60%. Um residente da comunidade de acolhimento em Ancuabe explicou: "Não me sentiria à vontade. Tenho medo que o meu nome apareça, que as pessoas fiquem a saber dos meus problemas. Prefiro resolver as minhas coisas sozinho".

As barreiras linguísticas também persistem como desafio. Uma mulher deslocada em Chiúre afirmou: "Talvez ligasse, mas tenho vergonha porque não falo português bem. Se houvesse alguém que falasse a minha língua, sentiria mais confiança". Esta fala evidencia que, apesar dos avanços na programação em línguas locais, a interacção directa, sobretudo por telefone, pode continuar a ser inibidora para quem não domina o português.

5. CONCLUSÃO

A investigação permitiu concluir que as rádios comunitárias de Ancuabe e Chiúre promovem a inclusão social das populações deslocadas através de um conjunto articulado de estratégias que actuam em múltiplas dimensões da vida individual e colectiva. No plano individual, proporcionam informação essencial para a sobrevivência e a integração, criam espaços de expressão que validam as experiências vividas e devolvem dignidade a quem perdeu tudo, e contribuem para a reconstrução psicológica e para a cura de feridas traumáticas. No plano relacional, constroem pontes entre deslocados e comunidades de acolhimento, desmontam estereótipos e preconceitos, criam oportunidades de diálogo e cooperação, e contribuem para a redução de tensões e conflitos. No plano estrutural, fortalecem o tecido social, promovem a participação cidadã, dão visibilidade a vozes habitualmente silenciadas e contribuem para a construção de comunidades mais justas, inclusivas e resilientes.

Simultaneamente, a investigação revelou que a promoção da inclusão social pelas rádios comunitárias não é um processo linear, homogéneo ou isento de desafios. As diferenças significativas entre Chiúre e Ancuabe nas taxas de confiança, nas modalidades de participação e na percepção de acessibilidade indicam que a inclusão não depende apenas da existência da rádio ou da qualidade da sua programação, mas também de factores contextuais, relacionais e subjectivos que condicionam a relação entre as comunidades e as emissoras. O receio da exposição, as barreiras linguísticas, a desconfiança institucional acumulada e a percepção de que a rádio pode não ter capacidade para ajudar efectivamente constituem obstáculos reais que limitam o alcance pleno das práticas inclusivas.

Nesse sentido, recomenda-se que as rádios comunitárias reforcem as estratégias de aproximação às comunidades com menor confiança e participação, diversifiquem as

modalidades de participação disponíveis e aprofundem as parcerias com organizações especializadas em apoio psicológico e protecção. Ao Instituto de Comunicação Social e entidades públicas, recomenda-se garantir financiamento estável e adequado para as rádios comunitárias em contextos de crise, e desenvolver políticas específicas de apoio à comunicação em línguas locais. Às organizações parceiras e sociedade civil, recomenda-se apoiar processos de capacitação em comunicação participativa e produção comunitária, bem como apoiar a criação de redes de apoio psicológico articuladas com as rádios.

REFERÊNCIAS

Cunha, A. (2019). Comunicação comunitária e deslocamento forçado em contextos africanos. *Revista de Estudos Africanos*, 12(2), 45–62.

Freire, P. (2020). *Educação como prática da liberdade*. Paz e Terra.

Gumucio-Dagron, A. (2001). *Fazendo ondas: Histórias de comunicação participativa para a mudança social*. Fundação Rockefeller.

Gumucio-Dagron, A. (2006). *Comunicação para a mudança social: Participação e empoderamento popular*. UNICEF.

Peruzzo, C. M. K. (2013). *Comunicação comunitária e participação*. Intercom.

Sawaia, B. (1999). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Vozes.

Servaes, J. (2008). *Comunicação para o desenvolvimento e mudança social*. Sage Publications.

Silva, M. (2012). *Inclusão social: Conceitos e práticas*. Cortez.

Tufte, T. (2005). Comunicação e empoderamento: As rádios comunitárias na África. In T. Tufte & P. Mefalopulos (Eds.), *Comunicação para o desenvolvimento e mudança social* (pp. 231–250). Banco Mundial.

UNESCO. (2020). *Rádios comunitárias em contextos de crise: Guia de boas práticas*. UNESCO.